



Para 2025, o governo do Estado já tem aprovados R\$ 6,5 bilhões junto à União para financiar obras de proteção contra cheias e reconstrução dos municípios atingidos pela enchente

CLIMA

Rio Grande do Sul tem que aprender com a tragédia de 2024

Políticos e especialistas ambientais debatem soluções para o futuro do Estado

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

Quando 2023 chegou ao fim, os gaúchos, ainda assustados pelas enchentes que assolaram o Estado em setembro e novembro daquele ano, tinham apenas a primeira amostra do impacto do aquecimento global na região. Hoje, no entanto, o cenário tornou-se ainda mais dramático. No último mês de maio, o Rio Grande do Sul enfrentou o maior evento climático de sua história, e a força das águas não apenas alagou quase todas as cidades do Estado, incluindo Porto Alegre, mas também deixou marcas profundas na memória coletiva, expondo a fragilidade da infraestrutura diante da intensificação dos fenômenos ambientais extremos.

A tragédia é mais do que um marco doloroso — é um alerta de que os impactos do aquecimento global já são uma realidade que exige respostas imediatas. Diante desse cenário, o Jornal do Comércio ouviu lideranças políticas e especialistas ambientais para entender o que está sendo planejado para 2025, um ano que desponta como decisivo na busca por soluções para mitigar os impactos da crise.

“Desastres não são naturais; são resultado das nossas escolhas.” Com essa frase, o engenheiro florestal e PhD em Desastres Naturais, Marcos Leandro Kazmierczak, resume a realidade enfrentada pelo Rio Grande do Sul. Como já citado, a maior tragédia ambiental da bicentenária história gaúcha expôs não apenas a intensidade dos eventos climáticos, mas também a falta de preparação para lidar com eles. Sete meses depois, os impactos seguem presentes: casas ainda aguardam laudos da Defesa Civil, muitas escolas continuam fechadas,

e a infraestrutura permanece longe da ideal para evitar novos desastres.

Kazmierczak afirma que o Estado não pode mais encarar essas tragédias como eventos isolados. “Os desastres estão se tornando frequentes e intensos, e os números são alarmantes. Nos últimos 20 anos, houve um aumento de 191% nos eventos climáticos extremos. O impacto econômico subiu 1.300%, e



O desastre fez o governo do Estado repensar todos seus projetos, inclusive aqueles para as próximas gestões

Secretária Marjorie Kauffmann

o número de edificações danificadas ou destruídas aumentou em 4.500%. Não podemos ignorar isso”, alerta, destacando que, embora seja impossível prever com certeza se novos episódios ocorrerão em 2025, há uma clara tendência de que fenômenos semelhantes voltem a se repetir em breve.

Para ele, as lições deixadas pela recente tragédia são claras: é preciso repensar a governança, a infraestrutura e a consciência pública. “Metade dos municípios não possui planos diretores que considerem a prevenção de enchentes e deslizamentos. A maioria das Defesas Civas municipais é subdimensionada e falta infraestrutura básica, como computadores e barcos para emergências”, critica.

O especialista destaca ainda a importância de ações mais eficientes para monitorar riscos e preparar as comunidades. “Precisamos de mais radares meteorológicos e sensores nos rios, e esses dados precisam ser usados estrategicamente para alertar a população.”



A sustentabilidade não pode ser alcançada apenas com ações da prefeitura, mas com ajuda de todos

Prefeito Sebastião Melo

O engenheiro enfatiza que as políticas públicas precisam ir além da resposta emergencial, com foco em prevenção, e que o cenário de 2024 deve servir como um ponto de virada em 2025. “Estamos em uma emergência climática, e as escolhas feitas agora determinarão o nosso futuro. Agir é essencial para evitar mais tragédias”, conclui.

Porto Alegre, Estado e União trabalham por soluções para amenizar a crise

Com a criação de um fundo de R\$ 6,5 bilhões para financiar obras de proteção contra cheias, aprovado em parceria com a União, o Rio Grande do Sul tem, agora, o desafio de reconstruir e prevenir novos desastres climáticos. Entre os projetos previstos para 2025, destacam-se intervenções no rio Jacuí, que já têm destinado uma verba de R\$ 531 milhões, e no Arroio Feijó, que conta com aporte de R\$ 2,5 bilhões. Sistemas de proteção para os rios Sinos e Gravataí estão em fase de análise ambiental, enquanto o sistema Taquari-Antas avançou para aprovação do plano de trabalho pelo governo federal.

Em Porto Alegre, de acordo com o prefeito Sebastião Melo, o desastre evidenciou a necessidade de acelerar projetos estruturais e ampliar a colaboração entre as esferas de governo. “Esse evento mostrou que a cidade possui infraestrutura sólida em muitos aspectos, mas também grandes desafios. Estamos com obras em andamento para reconstruir e ampliar sistemas de proteção contra as cheias, estamos revitalizando o Arroio Ipiranga e implementando um plano de adaptação climática que inclui metas de redução de emissões de gases até 2030”, elencou.

Entre as ações planejadas, estão

projetos de drenagem em áreas críticas como o Cristal e o Lami. Segundo Melo, a cidade também busca mobilizar a população para questões sustentáveis, como o descarte adequado do lixo, apontado como problema frequente, especialmente no Arroio Ipiranga, onde são retirados 700 quilos de resíduos por dia. Ele enfatiza que “a sustentabilidade não pode ser alcançada apenas por ações do governo” e que “a cidade necessita da parceria entre o poder público e a sociedade para se preparar corretamente para os desafios climáticos”.

No âmbito estadual, a secretária

do Meio Ambiente, Marjorie Kauffmann, afirma que a resposta ao desastre, principalmente através do Plano Rio Grande — programa que propõe medidas para atenuar os impactos causados pelas enchentes — não se limita à reconstrução, mas também envolve um planejamento integrado.

“O desastre de maio fez o governo repensar todos os seus projetos e políticas, inclusive os que serão implementados após a gestão atual. Estamos fortalecendo a colaboração entre secretarias, prefeituras e a Defesa Civil. É uma iniciativa abrangente que prepara a população para eventos

extremos e assegura que as obras estejam alinhadas à nova realidade climática”, afirmou.

A secretária também mencionou o papel do Proclima 2050, lançado em 2023, que incentiva energias renováveis, combate o desmatamento e promove a agricultura de baixo carbono. “A enchente de 2024 acelerou essas medidas. Na COP 29, em Baku, destacamos a importância de estados e municípios no enfrentamento à crise climática. Criamos um roadmap que mapeia como os 497 municípios do estado estão avançando nessa pauta”, explicou.